



INQUÉRITO

Problemas no Licenciamento em Portugal

Conflito: Políticas de Proteção
Ambiental X Crescimento
Económico



AIP

Associação Industrial
Portuguesa

Outubro de 2025

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

01.

Os principais **bloqueios** ao investimento do **ponto de vista ambiental** (76%) resultam dos prazos de tramitação das alterações de **PDM**, prazos de aprovação de **PP e PU** e dos processos de desafetação de **REN e RAN**.

02.

44% dos projetos de investimento encontram-se a **aguardar decisão** das entidades intervenientes nos processos há **mais de 2 anos** e **14% há mais de 5 anos**, inviabilizando a sua rentabilidade.

03.

1,3 mil milhões € de investimento das empresas que responderam ao inquérito, encontram-se a **aguardar pareceres** ou **não foram realizados** devido a bloqueios nos processos ambientais.

04.

76%, 72%, 71% consideram a **APA, CCDR e INCF**, respetivamente, como as **principais entidades responsáveis** pelo bloqueio ao investimento.

05.

58% das empresas defendem a **limitação dos prazos máximos vinculativos e os deferimentos tácitos** na tramitação das diversas fases do processo e **redução dos prazos de elaboração de pareceres**.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

06.

38% propõem a redução de entidades envolvidas na **tramitação dos processos de licenciamento**.

07.

Para melhorar a **eficiência das entidades públicas** envolvidas nos **processos de elaboração de pareceres**, **72%** entendem que se deve **limitar o teletrabalho** nessas entidades.

08.

51% das empresas tem **expetativas médias e elevadas** quanto à **reforma do Estado** para diminuir a **burocracia** nos processos de licenciamento e ordenamento territorial.

09.

68% acham que se deve reverter as alterações **legislativas que se efetuaram ao DL 46/2001 que atribuía competências de licenciamento às sociedades gestoras das áreas de localização empresarial**.

10.

71% entendem que, nalguns casos, há preconceitos ideológicos na elaboração de pareceres, e noutros, os técnicos **não têm estímulo nem suporte hierárquico para o risco das suas decisões**.

Tipo de projeto de investimento condicionados

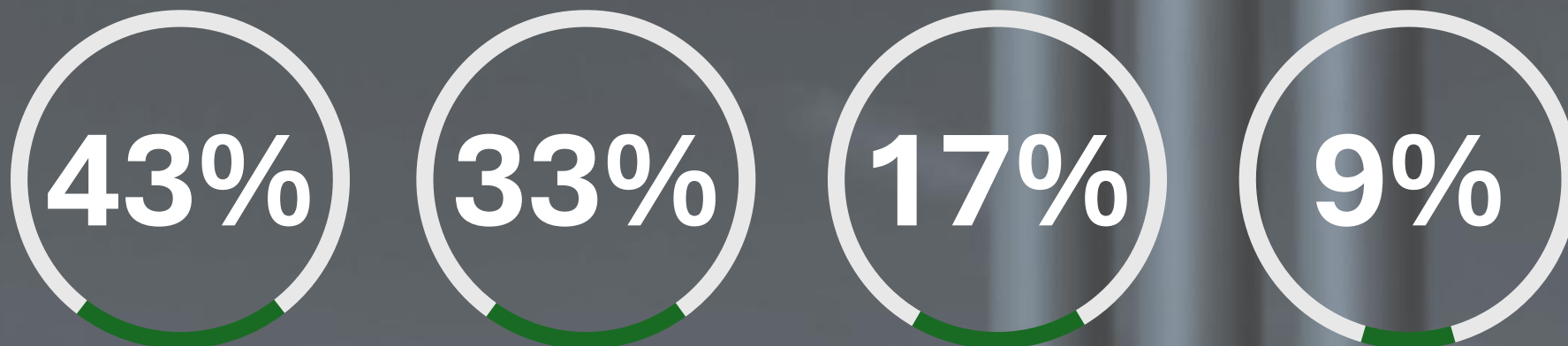


Construção de
novas instalações

Expansões das
existentes

Instalação de novos
equipamentos

Principais condicionalismos



Alteração PDM /
PP / PU

REN / RAN

Emissões /
Classificação
Resíduos ou
Matérias Primas

Servidões e áreas
de proteção

Devido a questões de ordenamento ou ambientais, projetos de investimento

PARALISADOS

32%

2 a 5 anos

30%

1 a 2 anos

14%

Mais de 5 anos



AIP
Associação Industrial
Portuguesa

**730
milhões
de Euros**

De projetos
**DE INVESTIMENTO
AGUARDAM
PARECERES**



AIP
Associação Industrial
Portuguesa



**490
milhões
de Euros**

projetos
**DE INVESTIMENTO
NÃO REALIZADOS** por
bloqueios ambientais

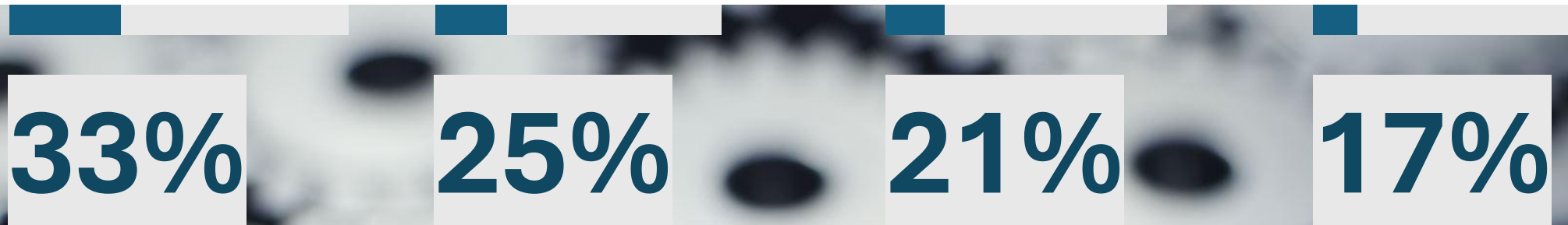
730
milhões
de Euros

490
milhões
de Euros

1,3 mil
milhões
de Euros

de **INVESTIMENTO
BLOQUEADO**

Medidas consideradas prioritárias para alterar os bloqueios



33%

Atribuir prazos máximos vinculativos e deferimentos tácitos

25%

Reduzir prazos de apreciação e elaboração de pareceres

21%

Reduzir o nº de entidades envolvidas nos processos de alteração de uso do solo e/ou licenciamento

17%

Instituir conferência de serviços com todas as entidades com poderes decisórios no processo de licenciamento



76%

Licenciamento ambiental na
dependência exclusiva do

**Ministério da
Economia**



72%

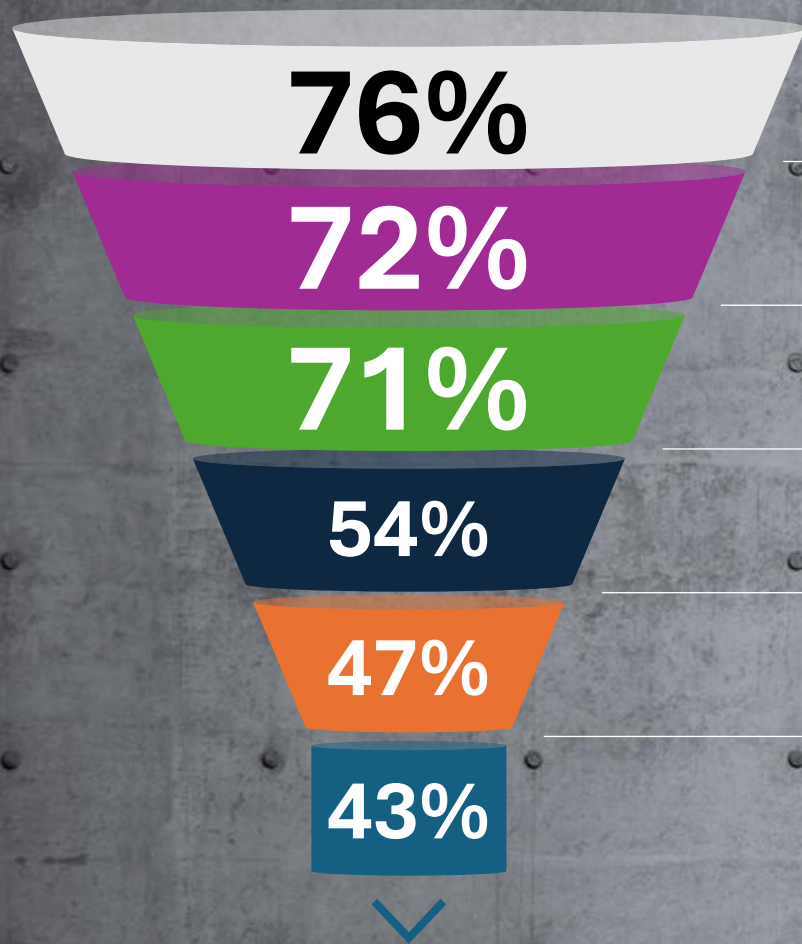
defendem a redução do
teletrabalho nas
entidades públicas que
intervêm nos processos de
licenciamento



68%

Reverter as alterações
legislativas para **permitir a
atribuição de competências
de licenciamento às
sociedades gestoras** das
Áreas de Localização
Empresarial

Entidades com responsabilidade nos bloqueios



APA

Agência Portuguesa do Ambiente

CCDR

Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional

ICNF

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

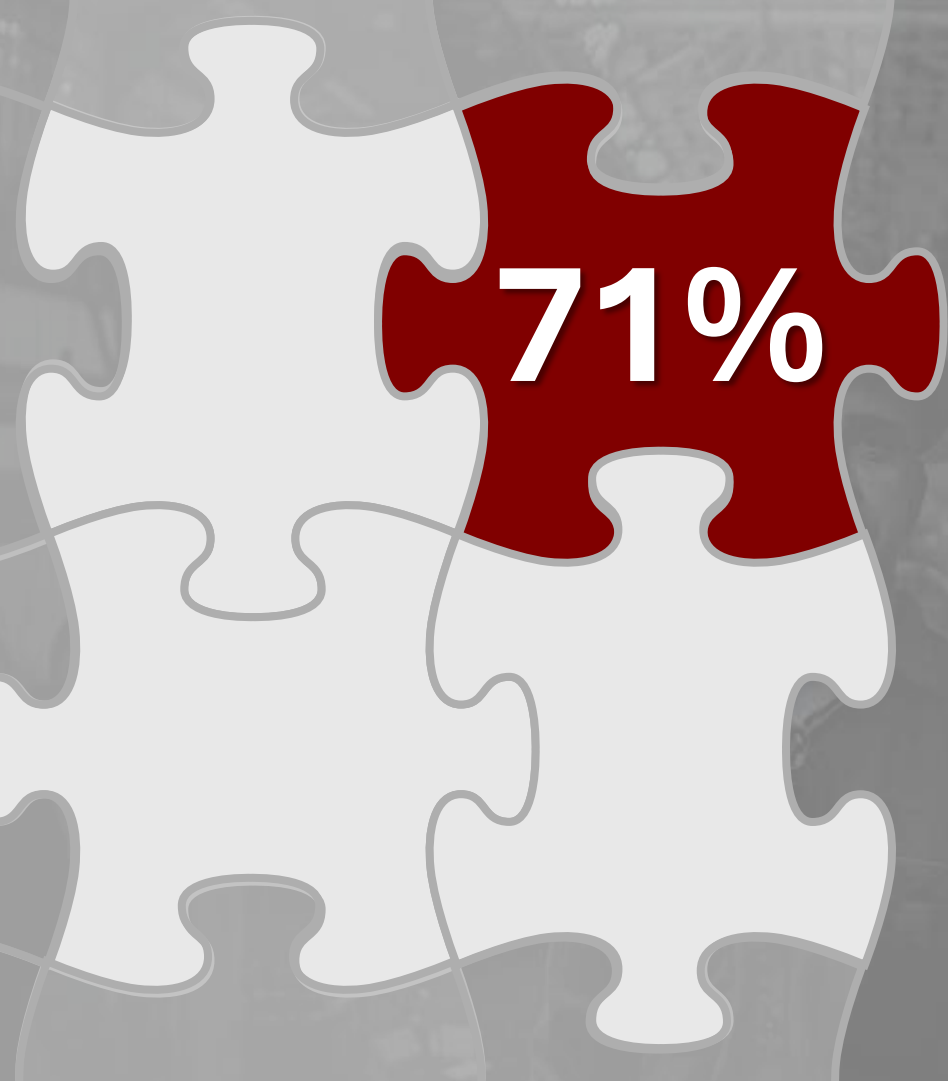
Câmaras Municipais

DGAV

Direção Geral de Alimentação e Veterinária

IAPMEI

Agência para a Competitividade e Inovação

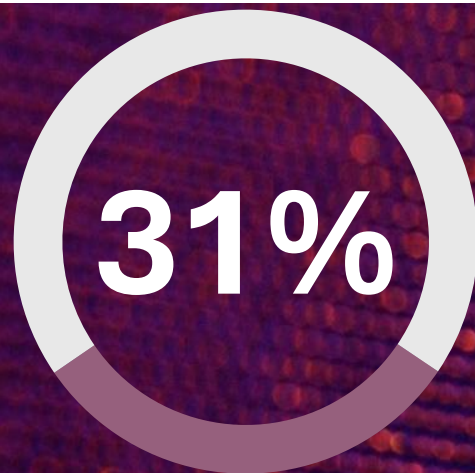


71%

Dos técnicos:

- **NÃO TÊM ESTÍMULO E SUPORTE HIERÁRQUICO** para o risco das decisões
- Nalguns casos, há **PRECONCEITOS IDEOLÓGICOS** na elaboração dos pareceres.

Expectativa da atuação do Ministério de Reforma do Estado



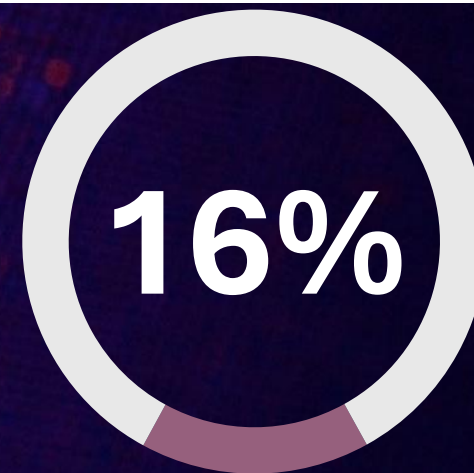
Elevada



Média



Fraca



**Sem
expectativa**

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA



238 empresas / respostas



**Realizado entre
19 a 30 de setembro de 2025**



Sociedades Comerciais



Território Nacional

Setor de Atividade	
Indústria	58%
Serviços	14%
Alojamento e Restauração	8%
Construção	7%
Comércio	6%
Transportes e Armazenagem	4%
Agricultura	3%

Regiões	
Centro	36%
Norte	28%
Região de Lisboa	20%
Alentejo	9%
Algarve	4%
Madeira	2%
Açores	1%

Dimensão	
Microempresas	52%
Pequenas e Médias Empresas	45%
Grandes Empresas	3%

Localização	
Fora de Parques Industriais	68%
Parques Industriais e ALE - Áreas de Localização Empresarial	32%



 **AIP**
Associação Industrial
Portuguesa